

ANÁLISE E SELEÇÃO DE MELHORES PRÁTICAS EM CARTILHAS EDUCATIVAS SOBRE A COMUNIDADE LGBTQIAPN+

Maria Fernanda Cândido Cordeiro, Instituto Federal do Paraná - IFPR

Ryan Marques Pereira Nunes, Instituto Federal do Paraná - IFPR

Camila Clozato Lara, Instituto Federal do Paraná – IFPR (orientadora)

Introdução

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional delibera que todas as escolas precisam garantir e estabelecer uma relação entre a educação e a cidadania, abordando diferentes temas plurais, como: meio ambiente, saúde, ética, sexualidade e pluralidade cultural (BRASIL, 1996). Para além do currículo formal, estratégias para fazer circular esses temas são necessárias. Pautar gênero e sexualidade no ambiente escolar é fundamental para a criação de sociedades mais justas e igualitárias. Louro (2021) defende que gênero e sexualidade são questões fundamentais na educação, que não devem ser tratadas apenas como tópicos secundários ou opcionais. A pesquisadora argumenta que a escola, como um espaço de formação e socialização, tem a responsabilidade de abordar essas questões para promover uma cultura de respeito e igualdade. Partindo do princípio de que gênero não é um dado biológico, mas uma construção social e histórica, as identidades de gênero são formadas por normas e práticas culturais que são reproduzidas e desafiadas no cotidiano escolar. Assim, a escola deve ajudar os alunos a entender que gênero e sexualidade são dinâmicos e contextuais. Isso representa um desafio, pois, de uma forma geral, os currículos e práticas pedagógicas convencionais perpetuam desigualdades em detrimento do questionamento das normas estabelecidas.

A utilização das cartilhas educativas pode ser uma alternativa como auxílio, pois tem o potencial de promover o pensamento crítico dos estudantes, e carrega a tarefa de mostrar diversas realidades ao público e sensibilizar o leitor sobre suas relações sociais. Além disso, podem ser consideradas ferramentas educacionais, atuando na democratização de informações. As cartilhas

temáticas vêm sendo utilizadas cada vez mais como um material pedagógico e auxiliam em diversas práticas escolares. Collares (2011) afirma que a cartilha serve como meio de comunicação, e seu conteúdo reflete a sociedade. A elaboração de cartilhas, quando contextualizadas e com objetivos concretos, estimula a criatividade e o raciocínio dos educandos, oportunizando os mesmos a desenvolverem senso crítico.

Este trabalho nasce da intenção do grupo OLHE – Observatório das Liberdades Humanas em Educação - em elaborar um material educativo, do tipo cartilha, a ser empregado na socialização das turmas de cursos do Ensino Médio e Superior do Instituto Federal do Paraná – Campus Paranavaí. O OLHE é um projeto de extensão que atua no IFPR em parceria com outras instituições de ensino e parceiros da sociedade do município de Paranavaí, com o intuito de promover práticas, eventos e materiais que facilitem o desenvolvimento de uma cultura de inclusão, tolerância e diversidade no ambiente escolar. Dessa forma, o OLHE busca desenvolver um material educativo próprio a partir da observação de práticas já desenvolvidas em outros locais. Para o objetivo do trabalho foram visitados diversos materiais e três deles foram escolhidos para análise, escrutínio e reflexão.

Materiais e métodos

Selecionamos 3 (três) cartilhas de estados brasileiros distintos (São Paulo, Paraíba e Rio de Janeiro), as quais foram lidas e posteriormente analisadas. São elas (Fig. 1):

- Cartilha 1 (C1) - Diversidade Sexual e a Cidadania LGBTI+ (Secretaria da Justiça e Cidadania do Estado de São Paulo, 4ª ed., 2020)
- Cartilha 2 (C2) - Cartilha Paraibana LGBTQIAPNb+ (Secretaria de Estado da Mulher e da Diversidade Humana do Governo do Estado da Paraíba, 2023)
- Cartilha 3 (C3) - Diversidade Sexual na Escola (Universidade Federal do Rio de Janeiro e Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação, 1ª ed., 2008)

Analizamos e contabilizamos aspectos de semelhanças e diferenças entre as três. A disposição estética/gráfica e a forma como o conteúdo foi escrito e apresentado para a comunidade para a qual são direcionadas também foram considerados.

Fig. 1 – Cartilhas analisadas no trabalho.



Fonte: compilado pelos autores.

Resultados e Discussão

A partir da análise comparativa entre as cartilhas foi obtida uma lista de tópicos abordados. Destes, classificamos sua presença na cartilha por níveis de relevância que variam entre alto (conteúdo fundamental), médio e baixo (conteúdo não essencial). Os níveis de relevância partiram da percepção, interesse e experiência dos próprios estudantes, que opinaram no conteúdo, além do entendimento de que conceitos e explicação de termos e direitos são fundamentais. A partir dessa seleção, foi verificado a presença ou ausência dos tópicos em cada cartilha. Os resultados constam na Tabela 1. Os tópicos informativos sobre o esclarecimento acerca de identidade de gênero, sexualidade, bem como as violências sofridas pela população LGBTI+ foram considerados importantes e essenciais para a elaboração de um material educativo.

Tabela 1 – Presença e ausência dos tópicos abordados pelas cartilhas.

TÓPICOS ABORDADOS	C1	C2	C3
Sexo Biológico	SIM	NÃO	SIM
Orientação Sexual	SIM	NÃO	SIM
Gênero – construção social	SIM	SIM	SIM
Binaridade de Gênero	SIM	SIM	SIM
Expressão de Gênero	SIM	NÃO	SIM
Identidade de Gênero	SIM	NÃO	SIM
Homofobia	SIM	SIM	SIM
Transfobia	SIM	SIM	SIM
LGBTfobia	SIM	SIM	SIM
LGBTfobia Institucional	SIM	SIM	SIM
Desmistificação de estereótipos	SIM	NÃO	SIM
Endereços e contatos úteis	SIM	SIM	SIM
Legislações e atos normativos	SIM	SIM	NÃO
Principais marcos legais	SIM	SIM	NÃO
Calendário de Eventos	NÃO	SIM	NÃO
Atividades indicadas	NÃO	NÃO	SIM
Relatos de experiências pessoais	NÃO	NÃO	SIM

Fonte: elaborado pelos autores.

A presença de cores chamativas, desenho gráfico elaborado e figuras foram considerados pontos positivos por ressaltarem alguns pontos do texto e tornarem o material mais atrativo para o público final. A presença de marcos legais e informações sobre atos normativos não obteve o mesmo destaque, pois foram apresentadas na forma de conteúdo maçante com linguajar específico, que podem gerar apatia e desânimo entre os leitores jovens. Por outro lado, a listagem de contatos úteis em caso de violência foi um ponto importante. Para fins de sensibilização, o uso de relatos pessoais foi considerado relevante, uma vez que humaniza a cartilha e gera o sentimento de identificação com o público.

Por fim, a linguagem utilizada se apresentou como um recurso importante, uma vez que direciona a leitura a um determinado público e facilita a compreensão para as pessoas leigas. O uso de uma linguagem inclusiva e simples constituiu um fator importante para a aceitação e empatia ao conteúdo da cartilha. Vale notar, sobretudo, que somente uma das três cartilhas analisadas, (C1 – SP), faz menção à raça e classe, para além de gênero e diversidade sexual, ao abordar o respeito e empatia. As demais, embora apresentem materiais substanciais para a promoção de tolerância e respeito no espaço escolar, não fazem menção à classe ou raça, ou seja, não promovem o debate interseccional das opressões sociais.

Considerações finais

A análise comparativa das cartilhas revela que, embora todas abordem temas fundamentais para a educação sobre diversidade e inclusão, há variações significativas na abordagem e profundidade dos conteúdos apresentados. Alguns conteúdos foram considerados fundamentais, e é relevante que a cartilha demonstre atratividade gráfica. Entretanto, a eficácia das cartilhas poderia ser aprimorada com uma abordagem mais inclusiva e multidimensional, promovendo uma educação que abarque todas as dimensões da diversidade.

Referências

- BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB. 9394/1996. BRASIL.
- Collares, S. A. O. O uso da cartilha progressiva (1907) nas escolas do estado do Paraná. *In: XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*. São Paulo, 2011.
- Louro, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**. Uma perspectiva pós-estruturalista Guacira Lopes Louro - Petrópolis, RJ, Vozes, 1997.